



**PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO**



Formação de Especialistas em Organização e Gestão da Justiça Criminal

Sistema de Justiça Criminal e Sistema de Investigação Criminal

Lisboa, 21 a 24 de outubro de 2019

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS



Projeto financiado pela União Europeia e Camões, I.P.
e executado pelo Camões, I.P.

Formação de especialistas em organização e gestão da justiça criminal

Com vista a aprofundar os temas da governação e da organização do sistema judicial, bem como da gestão da investigação criminal, através da estruturação e organização dos mecanismos de efetivação da justiça criminal, foi articulada com o Centro de Estudos Judiciários (Portugal) (CEJ) uma ação formativa de especialistas dos PALOP e Timor-Leste. Esta formação contempla ainda o contacto dos formandos com instituições judiciais e de investigação criminal portuguesas. Idealmente, esta formação de especialistas é prévia à realização seminário no país.

Esta formação resulta de mais uma parceria entre o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua e o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), Portugal, através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste.

1. Objetivos da formação de especialistas em gestão e organização da justiça criminal

Esta ação formativa tem por objetivo primordial a criação de um grupo de especialistas em gestão e organização da justiça criminal, promover o debate jurídico e judiciário em torno desta temática, consolidando as várias vertentes acima elucidadas e enumerando as boas práticas internacionais recomendadas (discernindo as melhores soluções organizativas e procedimentais, partindo da casuística e das experiências dos sistemas judiciais mais próximos); e, por fim, capacitar os atores judiciais neste domínio de especialização, reforçando, para além disso, a cultura de garantia do Estado de direito e de eficácia da lei criminal em concordância com as exigências dos estatutos profissionais daqueles e das implicações práticas e de concretização dos assuntos envolvidos.

Para além do contato com os elementos didáticos e institucionais referidos, esta ação formativa irá permitir à equipa de especialistas nacionais uma melhor preparação das propostas de conclusões do seminário indicado e a facilitação dos trabalhos do *workshop*, de acordo com as diretrizes traçadas no texto de apresentação do seminário.

2. Grupo-alvo implicado na formação de especialistas

Será realizada uma formação de especialistas de diversos países. Integra a formação um número máximo de oito formandos por cada país que no final da formação se deverão constituir como especialistas nestas matérias. Estes formandos deverão ter o seguinte perfil (por cada país):

- Dois juízes;
- Dois Procuradores
- Dois polícias de investigação criminal
- Dois oficiais de justiça

3. Formadores implicados na formação de especialistas durante os três dias de formação teórico-prática

- Conselheiro José Mouraz Lopes, Consultor Científico do PACED
- Desembargador Nuno Coelho, Consultor Científico do PACED
- Procurador João Melo, Diretor Nacional adjunto da Polícia Judiciária
- Procurador Jorge Duarte, Coordenador de formação do CEJ
- Procurador José Paulo Albuquerque, Coordenador de formação do CEJ
- Desembargador Edgar Lopes, Coordenador do Departamento de Formação do CEJ
- Juíza de Direito Helena Susano, formadora no CEJ

4. Metodologia

Para esta formação de especialistas estão programadas três sessões prático-teóricas para cada um dos sistemas - judicial e de investigação criminal- tal como à frente se encontra descrito. Durante os três dias de formação do CEJ, na sede do Camões, I.P., procurar-se-á alargar o contexto didático dos manuais através da integração e discussão de experiências significativas dos formadores internacionais implicados na formação de especialistas. O quarto dia será dedicado ao contacto com instituições judiciais e de investigação criminal portuguesas com atribuições de organização e gestão.

Previamente ao início da formação de especialistas irão ser disponibilizados acessos à plataforma *e-learning* do CEJ para contacto com alguns materiais vídeo e documentais relativos a esta formação especializada, com vista a potenciar o conhecimento dos conteúdos, alargar o tempo de formação e estabelecer um campo de interatividade entre formadores internacionais e formadores/especialistas nacionais.

Neste sentido, irá ser apresentada a sugestão dos elementos de apoio para o desenvolvimento das intervenções em *workshop* venham a ser organizados com a seguinte estrutura temática:

1. Enquadramento político-legislativo dos sistemas judicial e de investigação criminal
2. Descrição organizativa, procedimental e gestionária dos mesmos sistemas (judicial e de investigação criminal)
3. Casuística mais relevante, e
4. Soluções institucionais, organizativas e procedimentais que se podem eleger, à luz das boas práticas internacionais e das experiências comparadas aqui estudadas.

Sem descurar que em todos esses quatro pontos terão de ser tratadas e levadas em linha de conta as dimensões da casuística, da gestão processual e do *due process of law*, mas também a ética e integridade profissionais, a comparação de sistemas e de experiências legais, sempre em contextualização ao sistema jurídico e institucional

nacional em causa. No fundo, o desenvolvimento de questões teóricas, de casos de estudos e questões práticas em reflexão conjunta.

Todas as equipas deverão trabalhar nas matérias indicadas, seguindo a estrutura acima sugerida com vista a possibilitar não só uma reflexão mais proveitosa como também a redação mais facilitada das conclusões.

5. Sobre os conteúdos formativos

Tal como acima se deixou indicado, pretende-se, nesta ação formativa, um enquadramento centrado na prática e na experiência dos formadores, partindo-se daí para a reflexão teórica que se pode encontrar desenvolvida nos manuais de organização e gestão acima descritos e que são o suporte dos seminários a realizar nos países. Não se pretende uma abordagem jurídica nem dogmática sobre os assuntos com a preocupação sempre latente de fazer a ponte com o contexto nacional dos formandos nas quatro dimensões assinaladas:

1. Enquadramento político-legislativo dos sistemas judicial e de investigação criminal
2. Descrição organizativa, procedimental e gestionária dos mesmos sistemas (judicial e de investigação criminal)
3. Casuística mais relevante, e
4. Soluções institucionais, organizativas e procedimentais que se podem eleger, à luz das boas práticas internacionais e das experiências comparadas estudadas.

Todos estes quatro pontos terão de ser tratados, levando em linha de conta as dimensões da casuística, da gestão processual e do *due process of law*, mas também a ética e integridade profissionais, a comparação de sistemas e de experiências legais, sempre em contextualização ao sistema jurídico e institucional nacional em causa. No fundo, o desenvolvimento de questões teóricas, de casos de estudos e questões práticas em reflexão conjunta.

A título de sugestão, para o **sistema judicial**, propõe-se:

- 1.ª Sessão – Edgar Lopes e Nuno Coelho

Governança da justiça, administração e formação judiciárias

Uma abordagem que parta da experiência profissional (juiz, vogal do CSM e coordenador de formação no CEJ) para a definição de boas práticas e de modelos de ação para os diversos problemas suscitados. Destacando os vários níveis de organização e gestão que podem ser encontrados: sistemas macro, meso e micro.

- 2.ª Sessão – José Ribeiro de Albuquerque

O Ministério Público e a Justiça Criminal: estrutura e função do MP nas fases de instrução, julgamento e recurso na justiça criminal

Eleger uma abordagem que parta da experiência para o enunciado organizativo da atuação do Ministério Público após a acusação. Estratégias da acusação e da defesa ao nível dos procedimentos e da prova. Gestão da complexidade.

- 3.ª Sessão – Helena Susano

Gestão dos processos complexos na justiça criminal

Gestão processual na justiça criminal em torno da litigância complexa. Partindo também da experiência profissional (juíza dos tribunais criminais e formadora da jurisdição penal no CEJ) para a definição das melhores respostas de gestão dos tribunais e dos processos nos seus diversos âmbitos: - distribuição; - prova (meios de prova e meios de obtenção de prova); - calendarização; - composição e funcionamento do tribunal coletivo; - disciplina da audiência de julgamento; - recursos

6. Trabalho preparatório para os formandos que se deslocam dos países:

- Identificar os elementos normativos, organizativos e de gestão que são característicos dos seus sistemas nacionais.
- Identificar problemas e disfunções
- Fazer uma leitura e estudo prévio dos Manuais de gestão e organização do sistema judicial e de investigação criminal elaborados no âmbito do PACED e disponíveis em:

http://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_manual_orgegestaojudiciarias_nc_vf.pdf

e

http://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_manual_investigacaocriminal_jml_vf.pdf.

7. Formação de especialistas- programa detalhado

Horário	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4
9:30-11:15	Tema: Sistema de investigação criminal	Tema: Investigação Criminal	Tema: Sistema judicial	Visitas:
11:15-11:30	Formador: José Mouraz Lopes	Formador: João Melo (Polícia Judiciária)	Formador: José Ribeiro de Albuquerque	-Conselho Superior da Magistratura; e
Pausa				-Presidência da Comarca de Lisboa.
11:30-13:00	Local: Sede do Camões, I. P.	Local: Sede do Camões, I. P.	Local: Sede do Camões, I. P.	Local: Conselho Superior da Magistratura e Palácio da Justiça
	Conteúdos formativos: Gestão e coordenação da investigação criminal: articulação interinstitucional	Conteúdos formativos: Metodologias e técnicas de gestão da investigação	Conteúdos formativos: O Ministério Público e a Justiça Criminal: estrutura e função do MP nas fases de instrução, julgamento e recurso na justiça criminal	Conteúdos formativos: Contato com as instituições e com a sua atividade de gestão dos tribunais e gestão dos processos da justiça criminal
13:00-14:30 Almoço				

Horário	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4
14:30-16:15	Tema: Sistema de investigação criminal	Tema: Sistema judicial	Tema: Sistema judicial	Visitas:
16:15-16:30	Formador: Jorge Duarte	Formadores: Edgar Lopes e Nuno Coelho	Formadora: Helena Susano	Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP)
Pausa	Local: Sede do Camões, I. P.	Local: Sede do Camões, I. P.	Local: Sede do Camões, I. P.	Local: DCIAP
16:30-17:45	Conteúdos formativos: Gestão e coordenação da investigação criminal. O papel do Ministério Público	Conteúdos formativos: Governança da justiça, administração judiciária e formação judiciária	Conteúdos formativos: Gestão dos processos complexos na justiça criminal	Conteúdos formativos: Contato com as instituições e com a sua atividade de gestão dos departamentos de investigação criminal e gestão dos processos da justiça criminal Polícia Judiciária (PJ) Local: Sede PJ Conteúdos formativos: Contato com as instituições e com a sua atividade de gestão dos departamentos de investigação criminal e gestão dos processos da justiça criminal